



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno e Auditoria

Anexo I - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS - 2021

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
01	Área Auditada: Secretaria de Finanças: Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC Conhecimento Específico: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00	Risco: Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual. Relevância: Cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimento do objetivo.	Verificar se a prestação de contas e o relatório de gestão estão em conformidade com os normativos legais e emitir relatório sobre a prestação de contas do PJMS a ser remetido ao TCE/MS	Analisar as informações e documentos que compõem o Processo de Contas anual definido pelo TCE/MS	Janeiro/ Março	1 servidor
02	Área Auditada: Todas as áreas demandantes de bens e serviços do PJMS Aplicação do Manual de Compras e Contratações no PJMS Conhecimento Específico: Portaria 1.348, de 8 de agosto de 2018 que aprovou o Manual de Compras e Contratações; Lei 8.666/93.	Risco: Inobservância das orientações e boas práticas propostas no Manual de Compras e Contratações que pode acarretar deficiência nas contratações do PJMS. Relevância: Adoção de boas práticas nas compras e contratações para o atingimento de melhores resultados.	Verificar se as orientações e boas práticas constantes do Manual de Compras e Contratações estão sendo aplicadas nas aquisições de bens e contratação de serviços do PJMS.	Analisar por amostragem processos de compras e licitações do exercício 2019. PJMS	Março/Abril	2 servidores
03	Área Auditada: Secretaria de Finanças Conta Vinculada	Risco: Possibilidade de responsabilidade subsidiária por pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciária devidas aos funcionários das empresas de	Verificar a aplicação da Resolução nº 169/CNJ, incluindo percentuais. - Avaliação de controles	Analisar a utilização da conta vinculada nos contratos de serviços terceirizados.	Maio/Junho	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
	Conhecimento Específico: Resolução CNJ 169/2013	serviços terceirizados Relevância: afastamento da responsabilidade subsidiária por pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciária devidas aos funcionários das empresas de serviços terceirizados	internos.			
04	Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços Avaliação dos Controles internos dos procedimentos licitatórios – especialmente Pregão Eletrônico Conhecimento Específico: Portaria 1.348, de 8 de agosto de 2018 que aprovou o Manual de Compras e Contratações; Lei 8.666/93. Lei 10.520/2002 Lei Complementar 123/2006 Resolução 172/2017 TJMS Resolução 80/2012 TJMS	Risco: Deficiência ou Inexistência de controles internos. Relevância: fornecer aos gestores informações para a tomada de decisão e alcance das metas estabelecidas com um controle efetivo a um custo razoável	Verificar a existência e eficácia dos controles internos nos processos licitatórios.	Analisar, por amostragem, os processos licitatórios, especialmente os pregões eletrônicos, quanto a eficiência dos controles internos.	Julho/Agosto	2 servidores
05	Área Auditada: Secretarias do TJMS Coordenada com CNJ - Acessibilidade dos	Risco – Ausência de acesso adequado para as pessoas com deficiência aos órgãos do Poder Judiciário.	Mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do	Analisar grau de acessibilidade das pessoas com deficiência aos órgãos do Poder Judiciário.	Julho/Setembro	2 servidores

Esta é uma cópia do documento 007.0.763.0001/2020. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/codigital>. Código de Verificação: 3ee61d51b



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
	<p>Prédios do Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul</p> <p>Conhecimento Específico: Resolução CNJ nº 230/2016 Decreto Presidencial 6.949/2009 e Lei 8.429/1992 (Art. 11)</p>	<p>Relevância – Segundo os dados do Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no exercício de 2010, existem 45,6 milhões de brasileiros com alguma deficiência, o que representa 23,9% da população. Atendimento a Resolução CNJ 230/2016.</p>	<p>acesso à Justiça às pessoas com deficiência.</p>			
06	<p>Área Auditada: Secretaria de Tecnologia da Informação</p> <p>Auditoria para avaliação da Política de Segurança da Informação.</p> <p>Conhecimento Específico: ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 Boas Práticas TCU</p>	<p>Relevância – Garantia da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade.</p> <p>Risco – Ausência de Política de Segurança da Informação adequada o que pode levar a fragilidade</p>	<p>Verificar a existência e eficácia da Política de Segurança da Informação no PJMS</p>	<p>Analisar o grau de aderência do PJMS as normas de Segurança da Informação.</p>	<p>Outubro/Novembro</p>	<p>2 servidores</p>